

Evidenciação de Ativos Intangíveis: um Estudo com Empresas Brasileiras

RESUMO

As normas contábeis brasileiras estão em processo de mudanças para atender a necessidade de se ter uma contabilidade unificada. Os órgãos nacionais e internacionais estão desenvolvendo normas e procedimentos no intuito atingir o tão almejado objetivo de harmonizar as práticas contábeis internacionalmente. Neste contexto o artigo tem por objetivo apresentar as principais divergências nas formas de contabilização dos ativos intangíveis no âmbito das normas brasileiras de contabilidade comparadas com as alterações introduzidas pelas normas internacionais, por meio do pronunciamento IAS n.º 38 em relação ao tratamento contábil dos ativos intangíveis. A pesquisa foi realizada por meio de um estudo comparativo dos relatórios contábeis divulgados por 40 empresas listadas na Bovespa, escolhidas aleatoriamente, levando em consideração os balanços patrimoniais e as notas explicativas de 2005, 2007 e 2009. Os resultados encontrados indicam que as normas brasileiras estão em conformidade com as normas internacionais no que se refere aos ativos intangíveis, porém algumas empresas ainda não estão seguindo os requisitos para o tratamento dos intangíveis exigidos nas normas brasileiras. Uma análise de regressão múltipla, complementar, mostrou que a listagem das empresas em um dos níveis diferenciados de governança corporativa está positivamente relacionada com o seu nível de informações sobre ativos intangíveis.

Palavras-chave: Ativos intangíveis; Normas brasileiras de contabilidade, Convergência das normas contábeis.

1. INTRODUÇÃO

O processo de globalização intensificado principalmente nas últimas décadas trouxe novas oportunidades para as empresas expandirem seus mercados. Isso acarretou uma série de mudanças significativas nas formas de tratamento de mensuração, reconhecimento e evidenciação das práticas contábeis no que diz respeito ao tratamento dado aos ativos intangíveis. No Brasil a Lei 11.638/07 veio para tornar as normas contábeis brasileiras mais próximas das normas contábeis internacionais, emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade - IASB (*International Accounting Standards Board*). Nesse contexto, o presente trabalho trata o tema específico de ativos intangíveis quanto à adequação das empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) às normas internacionais de contabilidade, de acordo com a IAS 38.

Diante das novas exigências estabelecidas pela Lei 11.638/07 e pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos - CPC 04, com prazo fixado até 2010, surge o seguinte problema de pesquisa: como as empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) estão evidenciando os ativos intangíveis em seus balanços patrimoniais? Desse modo o trabalho tem como objetivo geral analisar a evidenciação dos ativos intangíveis praticado por empresas brasileiras listadas na Bovespa quanto ao reconhecimento, mensuração e registro dos ativos intangíveis no Balanço Patrimonial, de acordo com as determinações especificadas na IAS 38. Para isso tem-se os seguintes objetivos específicos: i) caracterizar os ativos intangíveis; ii)

identificar as formas de tratamento dado aos ativos imobilizados pelas normas brasileiras e normas internacionais de contabilidade; iii) identificar as principais divergências entre as formas de registro, após um estudo comparativo no processo de convergência das normas brasileiras para as normas internacionais; iv) verificar se as empresas listadas no mercado da Bovespa estão se adequando ao processo de convergência as normas internacionais no que diz respeito ao registro dos ativos intangíveis.

As empresas têm passado por um processo de adaptação devido às constantes mudanças decorrentes da globalização, nesse contexto, de acordo com Rolim (2009) os ativos tangíveis que eram os principais símbolos de riqueza empresarial, passar a dar espaço aos ativos intangíveis, que assumiram o papel de novo propulsor de desenvolvimento das corporações, se tratando de um fator que eleva o valor de mercado das ações das empresas que os possuem, sendo responsáveis pela geração de benefícios futuros.

Vários autores ressaltam a importância de estudos sobre o tema, devido o crescente aumento da materialidade dos valores dos ativos intangíveis no que diz respeito à composição do patrimônio líquido das empresas, tornou-se imprescindível verificar o tratamento dado internacionalmente a esse item tão complexo da contabilidade (SCHMIDT; SANTOS, 2003). Segundo Perez e Famá (2005), a contabilidade deve registrar os ativos de forma a evidenciá-los, adequando de acordo com seus princípios, convenções, normas e práticas, de forma que prevaleça a essência sobre a forma. Portanto, necessário um faz-se estudo criterioso em torno do tratamento dado aos ativos intangíveis, identificando o nível de evidenciação informada pelas companhias em seus relatórios contábeis, visto que se trata de uma exigência legal para sua aplicação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ATIVO

O termo ativo em contabilidade representa os bens e ou direitos que uma empresa possui em determinado momento, resultante de suas movimentações a partir das quais serão obtidos futuros resultados financeiros. Pode ser apresentado tanto da forma tangível quanto intangível, ou seja, pode possuir ou não matéria corpórea. Sua contabilização no Balanço Patrimonial é feita através dos grupos de ativo circulante e ativo não circulante, mensurados conforme, a liquidez. Neste contexto Iudícibus (2009) classifica os ativos como recursos controlados por uma entidade capazes de gerar, mediata ou imediatamente, fluxo de caixa e devem enquadrar-se nos seguintes critérios:

- Ser considerado modernamente, em primeiro lugar, quanto a sua controlabilidade por parte da entidade, subsidiariamente quanto a sua propriedade e posse;
- Precisa estar incluído no ativo algum direito específico a benefícios futuros (por exemplo, a proteção á cobertura de sinistro, como direito em contraprestação ao premio de seguro pago pela empresa), ou, em sentido mais amplo, o elemento precisa apresentar uma potencialidade de serviços futuros (fluxo de caixa futuros) para a entidade;
- O direito precisa ser exclusivo da entidade;

Após a definição de ativo, outro fato para analisar é como mensurá-lo. Para Hendriksen e Van Breda (2007, p.304) a “mensuração é o processo de atribuição de valores monetários significativos a objetos ou eventos associados a uma empresa, e obtidos de modo

a permitir agregação (tal como na avaliação total de ativos) ou desagregação, quando exigida em situação específica.” As bases para mensuração de um ativo são os valores de entrada, valores de saída, e a partir desses valores é realizada a contabilização de custos, no decorrer do período. Portanto, o ativo é todo recurso (físico ou não) que se encontra sob controle de uma organização com objetivo de obter benefícios econômicos futuros.

É relevante também se destacar que o ativo total das empresas apresenta-se como uma variável geralmente utilizada em pesquisas acadêmicas para representar o tamanho das empresas (ver, por exemplo, ALSAEED, 2006), existindo argumentos inclusive para que empresas maiores possuem maiores níveis de evidenciação em seus relatórios contábeis (LEUZ e VERRECCHIA, 2000; LOPES e RODRIGUES, 2007), sendo o nível de evidenciação também influenciado pela participação da empresa em níveis diferenciados de governança corporativa (COFFEE, 1999; IBGC, 2003; MALACRIDA e YAMAMOTO, 2006).

2.2 ATIVOS INTANGÍVEIS

No grupo de contas do ativo destacam-se os ativos intangíveis, os quais podem ser definidos de maneira simplista como bens não físicos, incorpóreos. Para Hendriksen e Van Breda (2007) “os ativos intangíveis formam uma das áreas mais complexas da contabilidade, em parte em virtude das dificuldades de definição, mas principalmente por causa das incertezas a respeito da mensuração de seus valores e da estimação de suas vidas úteis”.

Outra possível definição para os intangíveis proposta por Kayo (2002, p. 14), em sua tese de doutorado, é a de que os ativos intangíveis representam um conjunto estruturado de conhecimentos, práticas e atitudes da empresa que, ao interagir com seus ativos tangíveis, contribui para a formação do valor das empresas.

O reconhecimento de um ativo intangível deverá obedecer as mesmas regras válidas para os ativos. O SFAC define que um item deve ser reconhecido quando, corresponder à definição apropriada, for mensurável, relevante e preciso. Segundo Hendriksen e Van Breda (2007) os ativos intangíveis são difíceis de medir, já que, não podem ser identificados separadamente, tais como *goodwill*. Todos os ativos intangíveis são amortizados por um período não superior a quarenta anos.

São exemplos de ativos intangíveis: patentes, franquias, marcas, direitos autorais, *softwares* desenvolvidos, banco de dados, desde que sejam identificáveis controlados e geradores de benefícios econômicos futuros.

2.3 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA ATIVOS INTANGÍVEIS

No âmbito das normas internacionais o tratamento contábil referente aos ativos intangíveis sofreu um grande avanço com a emissão do pronunciamento IAS nº 38, que trata especificamente desse subgrupo. Esse pronunciamento foi emitido pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC) criado em 1973 sendo elaborado por um conselho de padrões de contabilidade *International Accounting Standards Board* (IASB).

O IASB é um órgão independente do setor privado que se destina ao estudo de padrões contábeis, com sede em Londres, Grã Bretanha. É formado por um conselho de membros, constituído por representantes de mais de 140 entidades profissionais de todo o mundo, inclusive o Brasil, representado pelo Instituto

Brasileiro de Contadores (IBRACON) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (NIYAMA, 2006, p.40).

Os principais pontos tratados pela IAS 38 envolvem questões relacionadas à natureza e reconhecimento dos ativos intangíveis, à mensuração dos custos e à contabilização da amortização e das perdas por *impairment* de tais ativos (CARVALHO; LEMES, 2010).

A IAS 38 prescreve o tratamento referente aos ativos intangíveis que não sejam especificados por outras normas, “assim, a IAS 38 é aplicável a gastos com publicidade, treinamento, pré-operacionais, pesquisas e desenvolvimento, patentes, licenças, filmes cinematográficos, software, conhecimento técnico, franquias, fidelidade de clientes, participação no mercado, lista de clientes e itens similares” (CARVALHO; LEMES, 2010).

As demonstrações contábeis devem evidenciar o valor agregado dos gastos com pesquisas e desenvolvimento reconhecido como despesa durante o período (NIYAMA, 2008). Conforme Carvalho e Lemes (2010) as empresas no processo de aquisição, desenvolvimento, manutenção ou melhoria de bens intangíveis dependem gastos financeiros. Contudo, para que esses gastos sejam classificados como ativos intangíveis, três aspectos devem ser considerados: identificabilidade, controle e geração de benefícios econômicos.

Para o IASB o reconhecimento de um item como ativo intangível tem que conter as condições prescritas na sua definição que, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade é “um ativo identificável, sem substância física para uso na produção ou fornecimento de bens e/ou serviços, para ser alugado a terceiros ou para propósitos administrativos.” (NIYAMA, 2008, p.64) De acordo com Carvalho e Lemes (2010) o item também deve apresentar as seguintes características para atender o critério de reconhecimento: possibilitar benefícios econômicos futuros à empresa e o custo desse ativo possa ser mensurado de uma forma confiável.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente, segundo a IAS 38, devem ser mensurados pelo seu custo, que compreende o seu valor de compra, incluindo quaisquer impostos sobre a compra, bem como as despesas necessárias a colocação do ativo em uso. “Se o pagamento por um ativo intangível excede os prazos normais de crédito, o custo do ativo é seu preço à vista. A diferença entre os dois montantes (a vista e a prazo) deve ser reconhecida como despesa de juros ao longo do prazo do financiamento” (CARVALHO; LEMES, 2010).

Quando o ativo intangível for adquirido em uma combinação de negócios, o custo dele será baseado em seu valor justo na data da aquisição, conforme dispõe o parágrafo 27 do IAS 38. “A estimativa mais confiável desse valor justo se baseia no preço cotado no mercado” (CARVALHO; LEMES, 2010). Ainda segundo os citados autores, os ativos intangíveis gerados internamente causam dificuldades na sua identificação e mensuração. Entretanto, de acordo com a IAS, os gastos com pesquisas de um projeto interno devem ser reconhecidos como despesas quando forem incorridos.

2.4 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE PARA ATIVOS INTANGÍVEIS

O subgrupo dos ativos intangíveis classificado no grupo de contas do ativo permanente dentro do balanço patrimonial trata-se de um desmembramento do ativo imobilizado, que a partir da vigência da Lei 11.638/2007, passa a contar apenas como bens corpóreos de uso permanente e os intangíveis os bens incorpóreos, ou seja, aqueles que não têm forma física, conforme anunciado no artigo 179 da lei supracitada.

A Lei nº 11.638/07 vem alterar, revogar e introduzir novos dispositivos principalmente no que se refere à elaboração das demonstrações contábeis objetivando a adequação dos relatórios brasileiros a nova realidade, tendo em vista o processo de globalização e a mudança dos padrões contábeis brasileiros que busca harmonizar as práticas contábeis brasileiras com as internacionais.

Essa nova estruturação do Balanço patrimonial, com a contabilização dos ativos intangíveis ocorreu após a promulgação da Lei nº 11.638/07 e decorrente Medida Provisória nº 449/08 que passou a considerar o Ativo composto pelo Ativo circulante e não circulante, e tendo como subgrupos as seguintes contas: realizável a longo prazo; investimentos; imobilizados e intangíveis.

O Comitê de pronunciamento técnico, CPC 04, trata também dos ativos intangíveis apresentando critérios específicos para reconhecimento, métodos de mensuração do valor contábil e divulgação desses ativos, sendo uma correlação as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 38.

A consequência da adoção do subgrupo Intangível é que muitos ativos antes registrados em outros subgrupos de contas foram reclassificados o que alterou a composição do balanço patrimonial. Essa mudança foi positiva, pois facilita a análise das demonstrações por investidores estrangeiros interessados em investir em empresas brasileiras, já que o tratamento de um ativo intangível nas normas brasileiras segue a mesma linha proposta pelas normas internacionais.

O tratamento dado aos ativos intangíveis no âmbito internacional deve seguir os critérios de evidenciação de acordo com a IAS 38. Inicialmente o ativo intangível é identificado levando em consideração a sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros e se for viável mensurar o seu custo. A mensuração pode ser feita pelo método de custo ou método de reavaliação. As empresas devem divulgar todas as informações referentes aos ativos intangíveis, entre elas a vida útil do ativo intangível se é definida ou indefinida e as formas de amortizações calculadas quando a vida útil do ativo intangível for definida.

2.5 ESTUDOS SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS

Há vários estudos envolvendo ativos intangíveis e sua importância para a determinação do patrimônio das empresas: No estudo de Rolim (2008), o interesse está focado no modo em que a convergência para as normais internacionais de contabilidade está acontecendo nas empresas britânicas pertencentes ao grupo das 100 (cem) maiores empresas com ações negociadas na Bolsa de Londres (índice *Financial Time Stock Exchange* - FTSE 100), no ano de 2006. Com o objetivo de identificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis de acordo com a IAS 38 (*International Accounting Standards*), constituiu-se de uma pesquisa descritiva e hipotético-dedutiva com 59 empresas escolhidas aleatoriamente.

Os resultados mostram que apenas (18,6%) das empresas pesquisadas atingiram um nível de excelência com relação à evidenciação dos ativos intangíveis, mesmo após legalmente obrigadas. Porém somente uma parcela dessa porcentagem (8,5%) teve o nível de evidenciação abaixo de 50%. A média do nível de evidenciação foi de 71,43%, assim identificando uma quantidade de empresas bem favorável em relação à convergência. Segundo o autor o não cumprimento da norma IAS 38, mesmo quando esta é obrigatória para os países europeus, pode gerar uma assimetria informacional. Por outro lado, quando o cumprimento dessa norma for feita de forma completa por todas as empresas européias haverá

a possibilidade de informações voluntárias, muito importantes para a transparência das relações comerciais.

Em contexto mais específico, Schvirck (2006) buscou identificar como 120 empresas que atuam no Brasil tratam a reavaliação de ativos quanto a sua realização, tributação e periodicidade e quais os impactos dessa ação nas demonstrações contábeis. O objetivo deste estudo foi analisar os impactos da reavaliação de ativos sobre os indicadores de análise das demonstrações contábeis brasileiras.

Para a pesquisa utilizou-se abordagem bibliográfica quanto às teorias contábeis e legislações pertinentes. De acordo com os resultados obtidos pelo autor, detecta-se que muitas empresas pesquisadas não atendem ao que prescreve a legislação quanto ao tratamento de reavaliação, apontando, inclusive, que os métodos de reavaliação, quando são feitos, podem estar atendendo a fins especulativos e oportunistas, pretendendo melhorar a imagem de empresas perante o mercado que atua, tornando assim o balanço dessas entidades peças incomparáveis, além de poderem acarretar avaliações equivocadas da situação das empresas, caso o analista ou acionista não esteja atento a seus efeitos (SCHVIRCK, 2006).

Uma outra pesquisa aborda os ativos intangíveis relacionando-os com o desempenho empresarial com o objetivo de analisar o impacto da presença de ativos intangíveis não contabilizados no desempenho das empresas, os autores verificaram, através de estatísticas, se realmente os ativos intangíveis proporcionam uma maior criação de valor aos acionistas de centenas de empresas norte-americanas. De acordo com os resultados existem diferenças significativas de desempenho entre as empresas com maior ou menor grau de ativos intangíveis em sua estrutura, isto é, as empresas com mais ativos intangíveis foram capazes de gerar mais valor aos seus acionistas (PEREZ, FAMÁ, 2006). Dada a importância dos ativos intangíveis e sua capacidade de agregar valor às empresas, fica mais evidente a necessidade de um tratamento especial a esse grupo de ativos e justificam-se assim, tantos estudos sobre o tema.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Esse trabalho apresenta uma pesquisa quanto aos objetivos descritiva, pois “tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis” (SILVA, 2003, p.65).

Em relação aos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados configura-se como pesquisa bibliográfica, sendo “... desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p.44) e pesquisa documental que “difere da pesquisa bibliográfica por utilizar material que ainda não recebeu tratamento analítico ou pode ser reelaborado” (SILVA, 2003, p.65), sendo que nessa pesquisa o material a ser analisado é: balanço patrimonial e notas explicativas das empresas selecionadas. O trabalho também é classificado em pesquisa *ex post facto* sendo realizado o estudo após a ocorrência dos fatos, ou seja, após a elaboração das demonstrações financeiras.

Os procedimentos metodológicos com relação à abordagem do problema são qualitativos, pois a pesquisa compreende variáveis obtidas direta ou indiretamente das informações financeiras das próprias empresas buscando apenas mensurá-las e analisá-las quanto à convergência das normas internacionais no que tange a contabilização dos ativos intangíveis.

3.2 COLETA DOS DADOS E LIMITES DA PESQUISA

Os dados coletados se referem aos balanços patrimoniais de 40 (quarenta) empresas, escolhidas aleatoriamente, listadas na Bovespa, tomando como base os relatórios referentes ao exercício de 2005, 2007 e 2009 e respectivas notas explicativas.

Foi realizado um estudo analítico dos dados coletados para verificação dos tipos de tratamento contábil para a escrituração dos ativos intangíveis, para avaliar a forma evidenciação, mensuração dos mesmos no balanço patrimonial, as notas explicativas das empresas selecionadas. Como parte complementar, também foi realizada uma análise de regressão para verificar a significância do “ano” no nível de informações sobre ativos intangíveis, e também para analisar se o tamanho das empresas (medido pelo valor do seu ativo total) e a sua participação em um dos níveis diferenciados de governança corporativa apresentou relação com o nível de informações sobre ativos intangíveis.

Esta pesquisa apresenta três fatores limitantes, o primeiro diz respeito a delimitação do tema, pois se limita apenas ao estudo de um dos itens do ativo - os ativos intangíveis, no contexto amplo das normas internacionais de contabilidade, segundo a IAS 38. O segundo fator limitante se refere a análise dos dados coletados que se restringem as informações disponibilizadas nos relatórios contábeis de 40 (quarenta) empresas listadas na Bovespa. o estabelecimento do período a ser analisado corresponde ao terceiro fator limitante. O período que compreende o exercício de 2005 foi escolhido para analisar o comportamento das empresas quanto à convergência as normas internacionais antes da exigência estabelecida pela Lei 11.638/07, o período do exercício de 2007 e 2009 foram escolhidos para verificar a adequação das empresas após a vigência da Lei 11.638/07 que traz as especificações referente ao tratamento dado aos ativos intangíveis no âmbito internacional.

4. RESULTADOS

Nesse tópico, foram avaliados os resultados obtidos na pesquisa quanto ao tratamento dados aos ativos intangíveis pela amostra de dados coletados de 40 (quarenta) empresas listadas na Bovespa, que estão especificadas no Apêndice I, que mostra os valores do patrimônio líquido e o nível de governança corporativa das empresas selecionadas. Os dados foram analisados por meio de um estudo comparativo, à luz das normas internacionais de contabilidade, especificamente a IAS 38 que trata dos ativos intangíveis.

A Tabela 1 mostra o percentual de empresas que evidenciaram os ativos intangíveis no balanço patrimonial.

Tabela 1: Divulgação dos ativos intangíveis no balanço patrimonial:

DESCRIÇÃO	2005		2007		2009	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Divulgaram o ativo intangível no BP	00	0%	37	92,5%	39	97,5%
Não divulgaram o ativo intangível no BP	40	100%	03	7,5%	01	2,5%
Total	40	100%	40	100%	40	100%

FA = Frequência Absoluta – FR = Frequência Relativa.

Por meio dos resultados obtidos, observa-se com base na Tabela 1, que as empresas listadas na Bovespa passaram a divulgar o subgrupo dos ativos intangíveis no balanço patrimonial após a vigência da Lei nº 11.638/07. Nos períodos anteriores 100% dessas empresas tratavam os ativos intangíveis dentro do grupo permanente no balanço Patrimonial,

vale ressaltar que nesse período as empresas não eram obrigadas a divulgar seus ativos intangíveis no balanço patrimonial.

Iudícibus (2004, p. 126) relata as principais formas de evidenciação das informações contábeis podem ser por meio de informação entre parênteses, notas explicativas, quadros e demonstrativos suplementares, comentários do auditor, relatório da administração, entre outras formas. Na tabela 2, observa-se a evidenciação dos ativos intangíveis nas notas explicativas.

Tabela 2: Evidenciação dos ativos intangíveis nas notas explicativas:

DESCRIÇÃO	2005		2007		2009	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Evidenciação dos ativos intangíveis nas notas explicativas	04	10%	25	62,5%	33	82,5%
Não evidenciação dos ativos intangíveis nas notas explicativas	36	90%	11	37,5%	07	17,5%
Total	40	100%	40	100%	40	100%

FA = Frequência Absoluta – FR = Frequência Relativa.

Nota-se que das empresas em questão, no exercício de 2005 e 2007 apenas 10% e 62,5%, respectivamente evidenciaram os ativos intangíveis nas notas explicativas, após a vigência da Lei 11.638/07, no exercício de 2009, 17,5% das empresas analisadas ainda estão em processo de convergência quanto ao item em questão, pois não detalham o tratamento dado aos ativos intangíveis nas notas explicativas, com o intuito de fornecer informações qualitativas e complementares, evidenciando a forma de mensuração, os tipos de ativos escriturados, as formas de amortização, o valor contábil bruto, a conciliação do valor contábil do início e no final do período, demonstrando os aumentos ou reduções decorrentes de reavaliações, provisões de perdas, entre outras alterações no valor contábil durante o período.

Tabela 3: Divulgação dos ativos intangíveis no balanço patrimonial quanto a forma:

DESCRIÇÃO	2005		2007		2009	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Sintético	01	2,5%	34	85%	37	92,5%
Analítico	00	0%	01	2,5%	02	5%
Não especifica	39	97,5%	05	12,5%	01	2,5%
Total	40	100%	40	100%	40	100%

FA = Frequência Absoluta – FR = Frequência Relativa.

Com relação à forma de divulgação dos ativos intangíveis no balanço patrimonial, verifica-se que a maioria das empresas analisadas apresentam de forma sintética, não especificando os tipos de ativos que são escriturados. A Tabela 3 mostra os resultados obtidos com relação à forma de divulgação dos ativos intangíveis no balanço patrimonial.

Quanto à forma de mensuração dos ativos intangíveis que pode ser pelo método do valor de custo ou pelo método de valor justo de mercado, as empresas que evidenciaram a forma de mensuração dos ativos intangíveis no período analisado optaram por avaliar os ativos intangíveis pelo seu preço de aquisição, formação ou construção, acrescido de impostos não recuperáveis, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.

Tabela 4: Formas de mensuração dos ativos intangíveis:

DESCRIÇÃO	2005		2007		2009	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Valor de custo de aquisição	06	15%	21	52,5%	26	65%
Valor justo de mercado	00	0%	01	2,5%	01	2,5%
Não especifica	34	85%	18	45%	13	32,5%
Total	40	100	40	100%	40	100%

FA = Frequência Absoluta – FR = Frequência Relativa.

Essa forma de mensuração é a prática mais presente na contabilidade, Iudícibus (2004, p. 148) argumenta que um dos motivos para essa forma de registro ser a mais utilizada é a objetividade que os valores são apresentados, e ainda por poder apresentar o valor máximo para as empresas ou porque muitas vezes não existe um mercado para valores de venda.

Percebe-se que no exercício de 2005, as empresas não divulgaram as formas de mensuração dos ativos intangíveis, conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 5: Especificação da vida útil dos ativos intangíveis divulgados:

DESCRIÇÃO	2005		2007		2009	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Vida útil definida ou indefinida	00	0%	10	25%	17	42,5%
Não especifica	40	100%	30	90%	23	57,5%
Total	40	100%	40	100%	40	100%

FA = Frequência Absoluta – FR = Frequência Relativa.

De acordo com a Tabela 5 no exercício de 2005, nenhuma das empresas especificaram a vida útil dos ativos intangíveis, já no exercício de 2007 apenas 25% das empresas analisadas divulgam nas notas explicativas informações a respeito da vida útil dos ativos intangíveis, classificados como definida e indefinida. No entanto, no exercício de 2009, mesmo com a obrigatoriedade da divulgação de informações referente aos ativos intangíveis, 57,5% não estão de acordo com a legislação.

O gráfico presente na Figura 1 mostra as principais tipos de ativos intangíveis evidenciados pelas empresas no balanço patrimonial. De acordo com Iudícibus (2009, p.204) os principais ativos intangíveis são as marcas e patentes, franquias, custo de desenvolvimento de softwares, gastos de organização, certos investimentos, e outros.

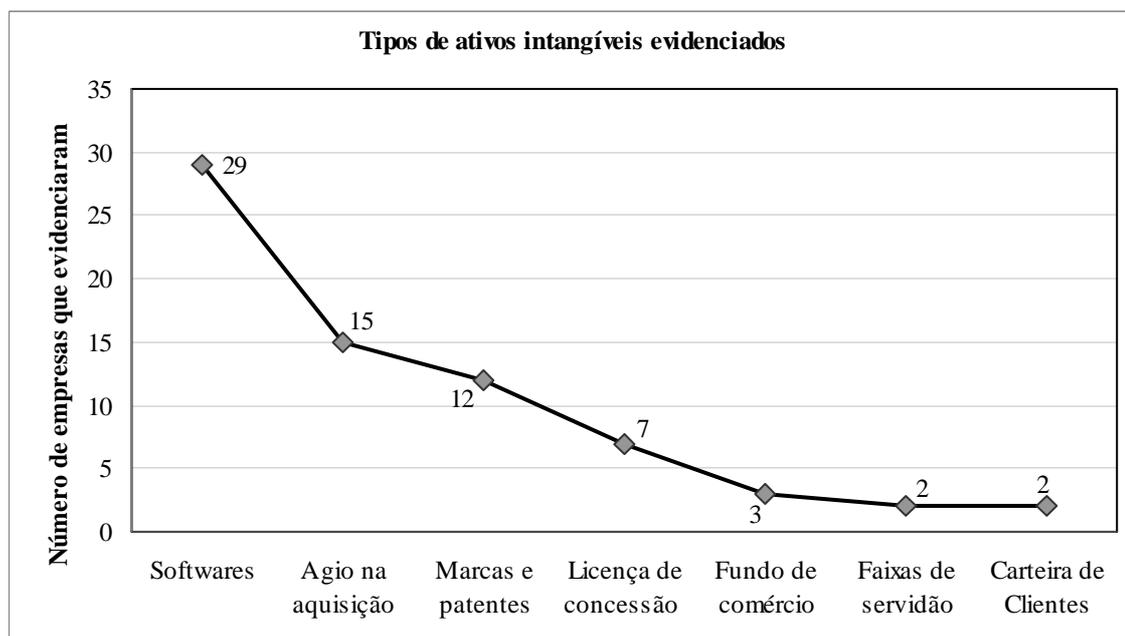


Figura 1: Gráfico com os principais ativos intangíveis que foram evidenciados

De acordo com a Figura 1, dentre os ativos intangíveis mais evidenciados estão o softwares (29), o ágio na aquisição (15), as marcas/patentes (12), licença de concessão (7), fundo de comércio (3), faixas de servidão (2) e carteira de clientes (2) presentes nos relatórios contábeis das empresas da amostra analisada.

Como parte complementar, foi verificado se o tamanho das empresas influenciava em seu nível de evidenciação de ativos intangíveis, tal como o seu status de listagem em um dos níveis diferenciados de Governança Corporativa, já que espera-se que empresas listadas em níveis diferenciados forneçam melhores níveis de evidenciação em seus relatórios contábeis (COFFEE, 1999; MALACRIDA e YAMAMOTO, 2006). Desta forma, foi feita uma análise de regressão com dados em painel, considerando efeitos fixos para ano e cross-section, tendo como variável dependente o nível de evidenciação de ativos intangíveis. Os resultados estão presentes na Tabela 6, a seguir.

Tabela 6: Análise de regressão – variável dependente: evidenciação de intangíveis (efeito fixo para ano)

Variável Independ.	Beta	p-valor
Constante	0,415	0,000 ***
Ativo Total	0,000	0,916
GovCorp	0,065	0,347
N (observ.)	120	-
R Quadr. Ajust. (modelo)	0,008	-
p-valor (modelo)	0,614	-

*** significante a 0,1%; ** singificante a 1%; * significante a 5%.

Conforme mostra a Tabela 6, considerando-se efeitos fixos para ano e empresas, não há significância estatística para o modelo que foi considerado, o que indica que, da maneira como estão organizados os dados, o tamanho da empresa e a sua listagem em níveis diferenciados de governança são variáveis que não estão relacionadas com o seu nível de evidenciação de ativos intangíveis. Além disso, o teste dos resíduos indicou não normalidade em sua distribuição (teste Jarque-Bera, a um nível de 5%), o que, juntamente com o p-valor do modelo, mostram que ele não é válido para o fim ao qual se propôs. Foram então criadas variáveis dummies para o tratamento do ano, e uma nova regressão múltipla foi realizada, e os novos resultados estão presentes na Tabela 7, a seguir.

Tabela 7: Análise de regressão – variável dependente: evidenciação de intangíveis (efeito não fixo para ano)

Variável Independ.	Beta	p-valor
Ano 2005	-0,740	0,000 ***
Ano 2007	-0,249	0,000 ***
Ano 2009	0,746	0,000 ***
Ativo Total	0,000	0,084
GovCorp	0,082	0,030 *
N (observ.)	120	-
R Quadr. Ajust. (modelo)	0,703	-
p-valor (modelo)	0,000 ***	-

*** significante a 0,1%; ** singificante a 1%; * significante a 5%.

Conforme mostra a Tabela 7, o ano é uma variável que interfere significativamente na evidenciação de ativos intangíveis, corroborando as considerações que já foram apresentadas até o momento. Nesta nova análise de regressão, o nível diferenciado de Governança Corporativa passou a apresentar relação estatisticamente significativa com a evidenciação de ativos intangíveis, mostrando que empresas listadas em níveis diferenciados possuem maiores níveis de evidenciação. O r-quadrado-ajustado do modelo mostra que tal modelo consegue explicar cerca de 70% da variabilidade que se observa na variável dependente (índice de evidenciação). Contudo, com a análise dos resíduos, o teste de Jarque-Bera não mostrou normalidade dos resíduos a um nível de 5%, o que compromete a validade do modelo. Entretanto, há de se destacar que um dos principais motivos para o modelo em análise ter apresentado betas significantes está nas alterações na legislação que ocorreram nos três diferentes períodos estudados. Essas alterações provocaram aumentos significativos no nível de evidenciação das empresas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, analisaram-se os ativos intangíveis de acordo com as normas internacionais e brasileiras, destacando a evidenciação nos relatórios contábeis das empresas listadas na Bovespa com o objetivo de verificar a adequação das mesmas quanto às normas analisadas.

Para tanto, desenvolveu-se um estudo comparativo numa amostra de relatórios contábeis de quarenta empresas listada na Bovespa no sentido de identificar a evidenciação dos ativos intangíveis de acordo com a IAS nº. 38.

Os resultados obtidos revelaram os ativos intangíveis mais evidenciados pelas empresas foram o *softwares*, *ágio na aquisição* e *marcas e patentes*, e a partir da vigência da Lei 11.638/07 as empresas passaram a evidenciar os ativos intangíveis no balanço patrimonial. Quanto à divulgação das informações referente aos ativos intangíveis os resultados mostram que mesmo após a vigência da Lei 11.638/07, 17,5% das empresas analisadas não registram essas informações.

Conforme já mencionado no referencial teórico a forma de mensuração mais praticada pelas empresas é feita pelo método de valor de custo de aquisição e o motivo dessa preferência é devido à objetividade que os valores são apresentados.

Os resultados encontrados na análise dos balanços patrimoniais e notas explicativas do exercício de 2009 revelaram que algumas empresas não apresentam seus relatórios em conformidade com as normas brasileiras. Apenas uma empresa, do total de quarenta, não divulgou o ativo intangível no Balanço Patrimonial, porém 17,5% não evidenciaram nas notas explicativas, e as empresas que evidenciaram 32,5% não mencionaram a forma de mensuração e 57,5% não especificou a vida útil. A análise de regressão indicou que o ano possui significância estatística na explicação dos diferentes níveis de informações observados, tal como o seu status de listagem em um dos níveis diferenciados de governança corporativa. Como já era esperado, empresas com boas práticas de governança corporativa apresentaram maiores níveis de informações de ativos intangíveis.

As normas brasileiras, por meio do CPC 04, exigem a identificação, o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis em conformidade com as normas internacionais, já que o CPC 04 é uma correlação ao IAS nº. 38. Entretanto, com essa pesquisa, observou-se que algumas empresas ainda se encontram em processo de adaptação às normas brasileiras, pois ainda não atenderam a todos os requisitos que são exigidos pelo CPC.

Dada a limitação dessa pesquisa quanto à análise dos balanços patrimoniais somente até o exercício de 2009, e considerando que as exigências se concretizaram no ano de 2010, sugerem-se como futuros trabalhos: analisar os balanços patrimoniais e as notas explicativas das empresas listadas no mercado da Bovespa referentes ao exercício de 2010, ampliando os estudos sobre o tema, para assim verificar se as empresas se adequaram as exigências das normas internacionais no que diz respeito ao registro de ativos intangíveis.

6. REFERÊNCIAS

ALSAEED, K. The Association Between Firm-Specific Characteristics And Disclosure: the case of Saudi Arabia. *Managerial Auditing Journal*. vol. 21. n. 5. p. 476-496. 2006.

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo. Disponível em <<http://bovespa.com.br/>>. Acesso em 05 Junho de 2010.

CARVALHO, L. N.; LEMES, S. Contabilidade internacional para graduação. São Paulo: Atlas: 2010.

COFFEE, J. C. The future as history: the prospects for global convergence in corporate governance and its implications. The Social Science Research Network Electronic Paper Collection.1999. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/>>. Acesso em 30 de agosto de 2008.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Governança Corporativa / Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, 2003. Disponível em: <www.ibgc.org.br>. Acesso em 01 de março de 2008.

IUDÍCUBUS, S. Teoria da contabilidade. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAYO, E. K. A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas. Tese (Doutorado em Administração) – FEA/USP, 2002.

LEUZ, C.; VERRECCHIA, R. E. The Economic Consequences of Increased Disclosure. Journal of Accounting Research. vol. 38. Supplement: Studies on Accounting Information and the Economics of the Firm. p. 91-124. 2000.

LOPES, P. T.; RODRIGUES, L. L. Accounting for Financial Instruments: an analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. The Journal of Accounting. v. 42. p. 25-56. 2007.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança Corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. Revista Contabilidade & Finanças. Edição Comemorativa. p. 65-79. set. 2006.

NIYAMA, J. K. Contabilidade internacional. São Paulo: Atlas, 2006.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. Revista Contabilidade e Finanças USP, São Paulo, n 40, p. 7-40, Jan/Abr. 2006.

ROLIM, M. V. Estudo do nível de *disclosure* dos ativos intangíveis das empresas britânicas pertencentes ao índice FTSE 100. Dissertação (Mestrado em Administração – UFU) Uberlândia- MG, 2009.

SCHMIDT, P; SANTOS, J. L. Ativos Intangíveis nas Normas Internacionais – IASB. IX Convenção De Contabilidade Do Rio Grande Do Sul 13 a 15 de agosto de 2003 – Gramado – RS.

SCHVIRCK, E. A reavaliação de ativos e seus impactos na análise das demonstrações contábeis no Brasil. Dissertação (Mestrado – Universidade de São Paulo), São Paulo, 2006.

PEREZ, M.M; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. Revista Contabilidade e Finanças, USP, São Paulo, n. 40, p. 7, jan/abr. 2006.

SILVA, A.C.R. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

APÊNDICE I: Amostra utilizada na pesquisa

Empresas	Nível de Gov. Corp.	Pat. Líq. 2009 (reais mil)
Amerigel S.A	-	1.262.149
Anhanguera Educacional Participações S.A	Nível 2	1.050.731
Banco Bradesco S.A	Nível 1	41.753.751
Bicicletas Monark S.A.	-	199.893
Bombriil S.A	-	-210.459
Café Solúvel Brasília S.A.	-	-1.337.451
Cia Hering	Novo Mercado	316.427
Cteep – Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	Nível 1	4.185.346
Drogasil S.A	Novo Mercado	407.615
Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A	Nível 2	3.281.274
Eternit S.A	Novo Mercado	373.102
Forjas Taurus	-	365.757
Fras-le S.A	Nível 1	235.069
Gerdau S.A	Nível 1	18.507.473
GTD Participações S.A	-	18.439
Hotéis Othon S.A	-	-65.267
IGB Eletrônica S.A	-	-468.953
Itaú Unibanco Holding S.A	Nível 1	50.683.423
Karsten S.A	-	60.042
Kroton Educacional S.A.	Nível 2	795.072
La Fonte Telecom S.A	-	104.226
Lojas Americanas S.A	-	380.116
Mangels Industrial S.A	Nível 1	217.353
Minas Máquinas S.A	-	47.570
Natura cosméticos S.A	Novo Mercado	1.139.821
Net Serviços de Comunicação S.A.	Nível 2	3.421.585
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A	Novo Mercado	948.305
Panatlântica S.A	-	624.405
Profarma Distrib Prod. Farmacêuticos S.A.	Novo Mercado	485.366
Randon S.A. Implementos e Participações	Nível 1	884.749
Rossi Residencial S.A	Novo Mercado	2.283.413
Saraiva S.A Livreiros Editores	Nível 2	369.131
Souza Cruz S.A	-	2.109.044
TAM S.A	Nível 2	1.634.453
TIM S.A	-	8.322.715
Tupy S.A	-	869.129
Ultrapar Participações S.A	Nível 1	4.829.274
Vale S.A	Nível 1	95.736.974
Vulcabras S.A	-	460.423
Yara Brasil Fertilizantes S.A.	-	501.529

Fonte: Bovespa (2010).